



A eficácia dos Bancos de Alimentos de Minas Gerais no combate às perdas e desperdícios de alimentos

Natalia Tenuta¹ e Romero Alves Teixeira²

Bancos de Alimentos são equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional destinados a captar alimentos perdidos e desperdiçados ao longo da cadeia produtiva e distribuir para pessoas em vulnerabilidade social e alimentar. Este estudo buscou verificar se a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos interfere na eficácia quanto ao propósito precípua de combate às perdas e desperdícios de alimentos de 10 Bancos de Alimentos públicos municipais de Minas Gerais. Estudo transversal descritivo, de enfoque avaliativo misto, integrando abordagens quantitativa e qualitativa. Avaliação externa, de natureza somativa e realizada *ex-post*. A coleta de dados se deu por entrevista estruturada, submetida à análise de conteúdo, e pesquisa documental retrospectiva para construção de indicadores de eficácia. Em 90% dos equipamentos verificou-se uma crescente participação do Programa de Aquisição de Alimentos em detrimento ao cumprimento do objetivo primordial de combate às perdas e desperdícios de alimentos, interferindo na eficácia dos Bancos de Alimentos de Minas Gerais. Mais estudos são necessários para verificar se há resultados semelhantes em outros Bancos de Alimentos do país.

Palavras-chave: Bancos de Alimentos, Programa de Aquisição de Alimentos, avaliação, eficácia, perdas e desperdícios de alimentos.

Effectiveness of Food Banks in combating food loss and waste in Minas Gerais

Food banks are public food security facilities designed to collect food lost or wasted throughout the production chain and to distribute to groups in social and food vulnerability. This study aims to verify if the effective combat to food loss and waste within 10 municipal Food Banks from Minas Gerais is affected when these facilities accumulate the activities of the Food Acquisition Program. A transversal and descriptive study with mixed evaluative focus was carried out, using qualitative and quantitative approaches. An ex-post evaluation external, of summative nature was performed. Data were obtained through structured interviews submitted to content analysis followed by a retrospective documentary research, which was used to build the effectiveness indicators. A growing participation of the Food Acquisition Program was observed in 90% of the facilities evaluated, with a consequent decrease in combating food loss and waste, affecting the effectiveness of the Food Banks in Minas Gerais. Further studies are necessary to investigate similar findings in the facilities from other states of the country.

¹ Mestre em Saúde, Sociedade e Ambiente. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde. Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente. Endereço para correspondência: Avenida Barão de Paraúna nº 378, apartamento 02, Bairro Presidente – Diamantina, Minas Gerais, Brasil. CEP: 30100-000. Telefone: (31) 99233-0826. E-mail: nataliatenuta@gmail.com

² Doutor em Ciências da Saúde. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde. Departamento de Nutrição. E-mail: romeroalvesteixeira@gmail.com

Keywords: Food Banks, Food Acquisition Program, evaluation, effectiveness, food loss and waste.

INTRODUÇÃO

Perdas e desperdícios de alimentos configuram um agravamento do modelo de abastecimento e do comportamento alimentar das cidades contemporâneas e é um tema em ascensão na discussão, devido à sua magnitude e aos grandes impactos ambientais, financeiros e sociais relacionados.

Em um cenário mundial paradoxal, em que 795 milhões de pessoas passam fome ^[1] cerca de um terço dos alimentos produzidos para o consumo humano – em média, 1,3 bilhões de toneladas por ano – é perdido ou desperdiçado em todo o mundo, acarretando em uma perda econômica anual de US\$ 940 bilhões e uma emissão de 4,4 gigatoneladas de gases de efeito estufa por ano ^[2]. Dados brasileiros sobre perdas e desperdícios de alimentos são imprecisos e não sistematizados ^[3], o que impossibilita reconhecer a magnitude do problema a nível nacional. No entanto, é possível estimar, pelos dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, que, em países latino-americanos, 28% dos alimentos que chegam ao final da cadeia são desperdiçados ^[4].

Todos esses efeitos requerem uma parceria colaborativa para que seja possível suportar as necessidades das gerações presentes e futuras. Deve ser prioridade da agenda global o consumo e as produções sustentáveis, considerando a gestão sustentável dos recursos naturais e a adoção de medidas urgentes sobre a mudança climática. Ainda, cabe à agenda global de segurança alimentar e nutricional (SAN) erradicar a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável ^[5].

A Meta 12.3 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas estabelece que, até 2030, se reduza pela metade o desperdício de alimentos *per capita* mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e se reduza as perdas de

alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita ^[5].

Perdas de alimentos são decorrentes de procedimentos inadequados ou pouco eficientes que causam perdas ou danos aos produtos alimentícios nos processos de manipulação, transformação, estocagem, transporte e embalagem ^[6]. O desperdício de alimentos refere-se à redução do volume de alimentos destinados exclusivamente à alimentação humana e que ocorre na etapa final da cadeia alimentar, ou seja, é um fenômeno associado à ineficiência do processo de distribuição (atacado e varejo) e de consumo e possui estreita relação com o consumo consciente dos alimentos ^[3].

No Brasil, diversas estratégias para redução e prevenção de perdas e desperdícios de alimentos foram implementadas nas últimas décadas, merecendo destaque, no escopo deste trabalho, a iniciativa do Governo Federal, o Programa Banco de Alimentos.

Bancos de Alimentos (BA) são equipamentos públicos de SAN que atuam no recebimento de doações de alimentos oriundos de qualquer etapa da cadeia alimentar e que seriam descartados por estarem fora dos padrões para a comercialização. Por estarem adequados para o consumo humano, os alimentos recebidos são repassados a instituições sociais e complementam a alimentação de pessoas em vulnerabilidade social e insegurança alimentar ^[7].

Atualmente, o país conta com 81 Bancos de Alimentos em funcionamento e 26 em fase de implantação, o que corresponde a um investimento de recursos públicos de R\$ 44.078.343,17 ^[8]. A média mensal de alimentos distribuídos pelos equipamentos de todo o país, no ano de 2016, foi de 950 toneladas ^[8].

Os BA contribuem com a redução de perdas e desperdícios de alimentos, com a redução da fome e da insegurança alimentar e nutricional, por meio da complementação de refeições, e com o abastecimento alimentar das localidades onde estão instalados. O abastecimento pode ser potencializado recorrendo à associação com outros programas de SAN, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ^[9].

O PAA, instituído em 2003 pela Lei 10.696^[10], compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina a complementar o atendimento da rede socioassistencial pelos equipamentos públicos, a exemplo dos Bancos de Alimentos. Os alimentos adquiridos da agricultura familiar, via modalidade Compra com Doação Simultânea, são encaminhados aos BA aproveitando sua capacidade operacional em receber e destinar os alimentos às entidades assistenciais.

O presente estudo teve como objetivo analisar e discutir a operacionalização do Programa Banco de Alimentos associada à do Programa de Aquisição de Alimentos, com o intuito de verificar se há interferência no propósito precípua de combate às perdas e desperdícios de alimentos. Assim como no ciclo de gestão de qualquer política e programa público, a avaliação da eficácia do Programa Banco de Alimentos constitui insumo básico para verificar o cumprimento dos objetivos delimitados na etapa de formulação do Programa para priorização e realização da agenda política de combate às perdas e desperdícios de alimentos.

METODOLOGIA

A pesquisa ora apresentada constitui parte integrante de um estudo mais amplo^[11] que objetivou avaliar estrutura, processo e resultados dos Bancos de Alimentos públicos municipais, instalados e em funcionamento no estado de Minas Gerais, conveniados com o antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O referido estudo fundamentou-se na tríade de Donabedian^[12], sistematizada em indicadores sociais adaptados aos conceitos dos Bancos de Alimentos.

A presente pesquisa baseou-se nas abordagens teóricas e roteiros processuais considerados referência em sistemática operativa para avaliar programas sociais^[13-19]. São consideradas ações de avaliação, dentre outras, a análise da eficiência, da equidade, da eficácia ou da efetividade de programas e ações^[20]. Para fins deste estudo, a avaliação de eficácia^[19] merece destaque, com o objetivo de medir o grau em que o programa Banco de Alimentos está atingindo seus objetivos e metas de combate às perdas e desperdícios de alimentos, delimitados no início do seu ciclo, quando se definiu a agenda baseando-se nas demandas e nos problemas sociais.

Trata-se de um estudo transversal descritivo, de enfoque avaliativo misto, utilizando a integração das abordagens quantitativa e qualitativa. Essa combinação de metodologias, conceitualizada na ideia de pluralismo de abordagens na avaliação^[21, 22] é considerada complementar, compatível e conectável^[23, 24]. Quanto à tipologia, a avaliação foi externa, de natureza somativa, realizada *ex-post*^[19].

Foram considerados como critérios de inclusão na pesquisa: ser equipamento de iniciativa e gestão pública municipal, estar localizado no estado de Minas Gerais, ser conveniado com o MDS e estar em funcionamento no ano da coleta de dados *in loco*, em 2014. Foram excluídos da amostra os Bancos de Alimentos de iniciativa e gestão das esferas federal e estaduais, da sociedade civil e do terceiro setor. Os 10 equipamentos que cumpriram as características elencadas para definição da amostra estavam localizados nos municípiosmineiros de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Formiga, Janaúba, Ribeirão das Neves, Sabará, Ubá, Uberaba e Varginha.

Todos os Bancos de Alimentos que se enquadravam nos critérios de inclusão foram convidados a participar da investigação, por meio de contato telefônico com os gestores e responsáveis técnicos dos equipamentos.

Os dados foram coletados por duas vias: 1- Pesquisa documental retrospectiva em Relatórios Trimestrais de Atividades (RTA), com resgate dos registros da origem e do volume de alimentos recebidos pelos equipamentos entre os anos de 2007 e 2015. Os RTA foram disponibilizados pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) e são documentos de prestação de contas das atividades realizadas pelos BA, enviados obrigatoriamente ao Ministério gestor, o atual Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), com frequência trimestral, desde sua implantação; 2- Entrevista estruturada, realizada *in loco*, com os atores integrantes do quadro funcional dos BA visitados. Como instrumento para entrevista, foi utilizado questionário com questões abertas e fechadas, buscando-se respostas às questões que interessavam ser investigadas: origem e frequência dos alimentos recebidos pelos Bancos de Alimentos; operacionalização dos Bancos de Alimentos consorciada ao Programa de Aquisição de Alimentos; sobreposição de categorias e de tipos de alimentos recebidos pelos dois programas; influência da

operacionalização do PAA no objetivo de combate às perdas e desperdícios de alimentos. As visitas para realização das entrevistas foram realizadas entre os meses de abril e junho de 2014.

Com o objetivo de verificar a representatividade das ações de combate às perdas e desperdícios de alimentos e da operacionalização do PAA nos Bancos de Alimentos estudados, foram elaborados dois indicadores de eficácia, denominados Indicador de Representação Operacional do Programa Banco de Alimentos (IRO-BA) e Indicador de Representação Operacional do Programa de Aquisição de Alimentos (IRO-PAA). Os dados obtidos nos RTA referentes aos anos de 2007 a 2015 foram sistematizados e os indicadores foram calculados, por ano, segundo a fórmula: $IRO-BA = \frac{\text{Volume total (quilogramas) de alimentos oriundos do desperdício}}{\text{Volume total (quilogramas) de alimentos coletados pelo equipamento}} \times 100$, no período de referência; $IRO-PAA = \frac{\text{Volume total (quilogramas) de alimentos oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos}}{\text{Volume total (quilogramas) de alimentos coletados pelo equipamento}} \times 100$, no período de referência.

Os dados obtidos na entrevista foram áudio-gravados, transcritos na íntegra e de forma literal. O material foi submetido à análise temática de conteúdo [25], a fim de compreender significações, percepções e opiniões.

O estudo atendeu às diretrizes da Resolução 466/12 [26] e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Participaram do estudo gestores, técnicos, assistentes administrativos e encarregados de serviços gerais dos Bancos de Alimentos que concordaram em participar voluntariamente e que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para assegurar o anonimato, os 10 municípios e seus respectivos Bancos de Alimentos foram identificados por letras do alfabeto (de A a J), de escolha aleatória.

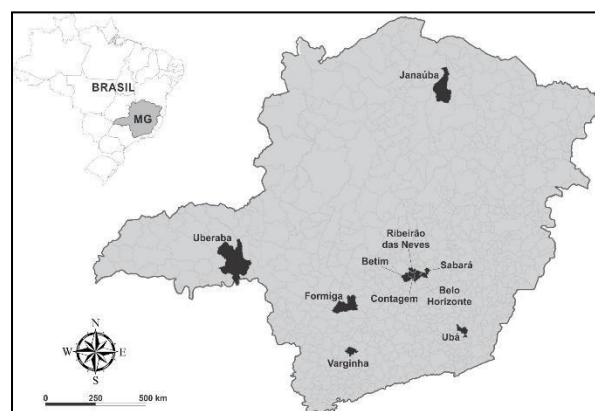
RESULTADOS

Participaram do estudo os 10 Bancos de Alimentos convidados, localizados nos municípios mineiros de Belo Horizonte, Betim, Contagem,

Formiga, Janaúba, Ribeirão das Neves, Sabará, Ubá, Uberaba e Varginha, garantindo uma representatividade amostral de resultados em nível estadual (Figura 1).

As entrevistas foram realizadas com 20 atores do quadro funcional dos equipamentos visitados, que ocupavam cargos de assistente social, auxiliar administrativo, encarregado de serviços gerais, gestor do Banco de Alimentos, gestor municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e nutricionista.

Figura 1. Localização dos municípios que hospedam Bancos de Alimentos públicos municipais no estado de Minas Gerais, analisados neste estudo.

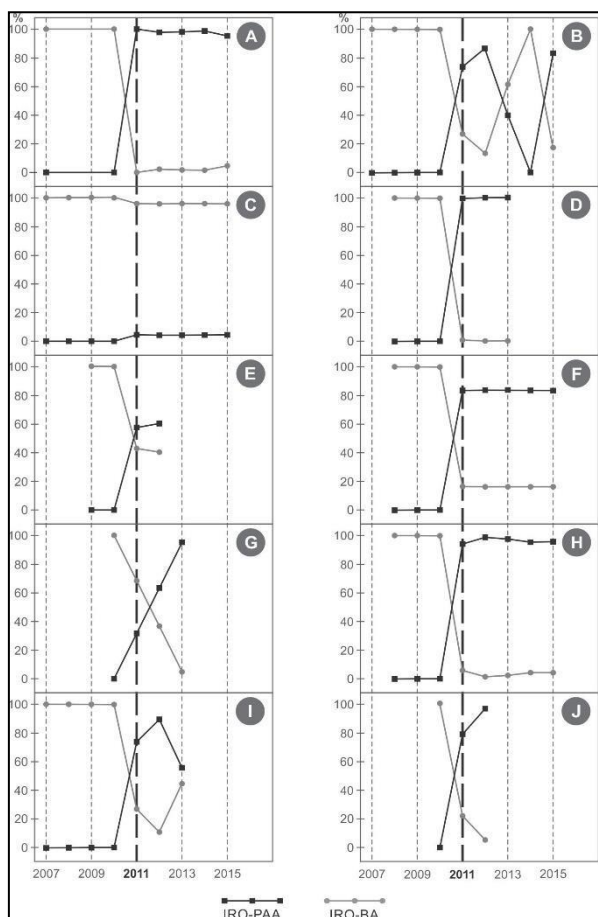


Fonte: Mapa de Minas Gerais obtido no IBGE. Bancos de Alimentos públicos municipais no estado de Minas Gerais obtidos no e-SIC, durante a pesquisa.

Representatividade operacional nos Bancos de Alimentos

Nos 10 Bancos de Alimentos estudados, os IRO-BA e IRO-PAA revelam que, até o ano de 2011, os alimentos oriundos das perdas e desperdícios de alimentos representavam a totalidade da capacidade operacional dos equipamentos. A partir deste ano, em oito (80%) Bancos houve uma inversão severa quanto à origem dos alimentos recebidos, conforme pode ser verificado na figura 2. Os indicadores demonstram que os BA começaram a ser abastecidos quase que prioritariamente por alimentos vindos da agricultura familiar, adquiridos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos.

Figura 2. Representatividade operacional dos Bancos de Alimentos de Minas Gerais dada pelos indicadores IRO-BA e IRO-PAA.



Fonte: Dados operacionais dos Bancos de Alimentos públicos municipais de Minas Gerais obtidos no e-SIC, durante a pesquisa.

Merecem menção dois (20%) BA que tiveram comportamentos operacionais distintos ao caracterizado anteriormente. O Banco de Alimentos B, apesar de apresentar o mesmo comportamento dos outros equipamentos até o ano de 2011, exibiu uma oscilação dos indicadores IRO-BA e IRO-PAA, revelando uma intercalação quanto à origem dos alimentos nos anos seguintes. Já o Banco de Alimentos C demonstra uma manutenção da composição dos estoques com gêneros alimentícios prioritariamente oriundos das perdas e desperdícios de alimentos desde sua implantação até o momento deste estudo.

Interpretação de informações funcionais

Quando questionados sobre a origem dos gêneros alimentícios recebidos pelos equipamentos, os entrevistados de seis (60%) BA informaram que a maioria dos alimentos era adquirida via PAA e que pequena parte era oriunda de doações de alimentos de parceiros fixos e/ou esporádicos. Os respondentes de três (30%) equipamentos relataram que os estoques de alimentos eram mantidos exclusivamente pela operacionalização do PAA, não havendo recebimento de gêneros via doações. O Banco de Alimentos C era o único abastecido quase que exclusivamente por alimentos provenientes de perdas e desperdícios, segundo informação dada pelo entrevistado.

Na análise da operacionalização conjunta dos dois programas, conforme já sinalizado anteriormente, nove (90%) equipamentos operam o Programa Banco de Alimentos concomitantemente ao Programa de Aquisição de Alimentos. Quando perguntados sobre os benefícios desta operacionalização conjunta, os informantes de três (30%) destes Bancos afirmaram que a operacionalização do PAA é essencial para compor os estoques dos BA. Já os entrevistados de dois (20%) BA consideram que os alimentos adquiridos via PAA complementam os estoques de gêneros que foram evitados de serem descartados. Os respondentes representantes dos outros quatro (40%) equipamentos não informaram o objetivo da operacionalização conjunta dos dois programas.

A percepção dos respondentes quanto à operacionalização concomitante dos dois programas está representada nas falas:

Eu acredito que se for apenas alimentos arrecadados por doações não vai ser eficiente. (P4);

Como os alimentos comprados do PAA não necessitam de triagem, diferente dos oriundos de desperdício, a logística de funcionamento do BA se volta para o recebimento e distribuição dos mesmos. (P5);

Considero indispensável a presença do PAA. (P6);

Eu vejo o Banco de Alimentos completamente dependente do PAA. (P7);

O BA nunca teve regularidade de doação, o PAA veio para regularizar. (P9).

Quando questionados sobre o início da operacionalização do PAA, representantes de sete (70%) equipamentos relataram influência no objetivo de combate às perdas e desperdícios de alimentos:

Um programa complementa o outro, mas percebemos que quando o PAA está ativo, as atenções são prioritariamente a ele, sobrepondo o objetivo do BA, que é o combate ao desperdício. Há deficiência de funcionários, número reduzido, o que leva à maior atenção ao PAA, já que os alimentos não precisam de triagem. (P5);

O Banco de Alimentos só sobrevive por causa do PAA. (P9).

Quanto aos tipos de gêneros alimentícios recebidos pelos dois programas, os entrevistados citaram bolos, carnes de frango e peixe, doces, frutas, legumes, leite e derivados, mel, polpas de frutas, quitandas, rapadura, roscas, temperos, verduras e outros tipos variados de produtos não perecíveis, como açúcar mascavo, arroz, feijão, fubá e melaço. De acordo com os entrevistados dos nove (90%) equipamentos que recebem alimentos do PAA, não há possibilidade de sobreposição/repetição de categorias e de tipos de alimentos recebidos pelos dois programas, uma vez que os gêneros recebidos por doações são esporádicos e não são representativos, quando comparados aos estoques adquiridos via compra da agricultura familiar.

DISCUSSÃO

Os resultados desta investigação mostram uma situação alarmante quanto à eficácia dos Bancos de Alimentos de Minas Gerais. O objetivo fundamental do Programa Banco de Alimentos, que é o combate às perdas e desperdícios de alimentos por meio da arrecadação de alimentos que seriam descartados e a reintrodução na cadeia de abastecimento, vem perdendo força, sendo sobreposto pela operacionalização de outro Programa.

Este cenário se assemelha ao encontrado pela Segunda Pesquisa de Avaliação do Programa Banco de Alimentos [27] e pela pesquisa de Costa et al. [28] que identificaram uma significativa participação do Programa de Aquisição de Alimentos na composição dos estoques dos Bancos de Alimentos.

Na presente pesquisa, os indicadores IRO-BA e IRO-PAA demonstraram que, a partir de 2011, oito

(80%) Bancos de Alimentos passaram a ser abastecidos quase exclusivamente por alimentos adquiridos via compra da agricultura familiar. Este padrão de comportamento, a partir de 2011, coincide com a dispensa do processo licitatório, autorizada pela Lei 12.512, de 14 de outubro de 2011 [29], que facilitou e incentivou a ampliação da aquisição de produtos diretamente de agricultores familiares pelos municípios.

Esse procedimento operacional consorciado entre os dois programas, também verificado por Belik, Cunha e Costa [3], cresceu de tal forma que os Bancos de Alimentos públicos passaram, então, a exercer adicionalmente a função de entrepostagem das aquisições federais da agricultura familiar, sem relação direta com o objetivo de combate às perdas e desperdícios de alimentos. Para estes autores, as implicações deste sistema operacional não estão totalmente conhecidas e descritas, mas já é possível diagnosticar uma competição funcional, prejudicando o objetivo primordial de mobilização de redes solidárias de doação e de aproveitamento de alimentos perdidos ou desperdiçados ao longo da cadeia produtiva.

Para os gestores municipais de SAN, gestores e responsáveis técnicos dos Bancos de Alimentos visitados que operacionalizam o PAA, a compra de alimentos da agricultura familiar tornou-se uma estratégia essencial de movimentação operacional dos equipamentos e de cumprimento do objetivo de atendimento das instituições sociais cadastradas, bem como de complementaridade da alimentação do público beneficiário.

O crescimento e a representatividade do PAA nos estoques dos Bancos se devem, dentre outros motivos, pela qualidade e variedade dos alimentos proporcionados pela agricultura familiar, se tornando preferidos pela equipe funcional dos equipamentos e pelas instituições beneficiárias. Os alimentos oriundos das perdas e desperdícios, já bastante manipulados na cadeia de produção, necessitam de maior esforço das equipes para os procedimentos de triagem e processamento.

O PAA, portanto, vem afetando a identidade do Programa Banco de Alimentos, visto que os programas, ocupando a mesma estrutura, competem pelo espaço físico e concorrem pelo mesmo público e

equipe. A última, por vezes bastante reduzida e incentivada pelo poder local, opta por operacionalizar quase que exclusivamente o PAA.

Segundo Figueiredo e Figueiredo [30], a avaliação de programas e políticas pode chegar a conclusões importantes sobre os seus resultados, dentre elas de que um resultado não esperado é produzido, sendo, porém, positivo. Os benefícios da operacionalização do PAA são muitos, podendo-se destacar o fortalecimento e a inclusão socioeconômica dos agricultores familiares, por meio da geração de renda e sustentação de preços, a promoção da segurança alimentar e nutricional das populações urbanas e rurais, a promoção da diversificação da produção e a melhoria da qualidade dos produtos.

O primeiro relatório do Tribunal de Contas da União sobre Bancos de Alimentos [31] sinalizou um comportamento operacional de desvirtuamento de um dos objetivos do Programa, “que se constitui na redução do desperdício”. O documento, ao relatar que alguns BA estavam trabalhando quase que exclusivamente com captação de doação não oriunda de desperdício, salientou o risco de que esse padrão de funcionamento se constituísse em prática e que o programa se transformasse em um sistema de distribuição de cestas básicas, a exemplo de outros já existentes.

Como bem explicitado pelo relatório [31], podendo ser aplicado à questão cerne da presente análise, não se pretende afirmar que seja negativa a realização de novas funções nos Bancos de Alimentos. Deve-se considerar, no entanto, a necessidade de que haja comprometimento dos equipamentos em conscientizar potenciais doadores para a incoerência das perdas e desperdícios de alimentos frente ao número expressivo de pessoas em situação de insegurança alimentar.

CONCLUSÃO

A análise situacional do funcionamento dos Bancos de Alimentos de Minas Gerais demonstra uma atual limitação da expressividade na qual a iniciativa de combate às perdas e desperdícios de alimentos foi elaborada.

Percebeu-se uma inversão do sentido primordial da existência de estruturas de recepção, manipulação, processamento e distribuição de alimentos excluídos do mercado, visando a reintrodução na cadeia alimentar, pela incorporação de um programa de compra de alimentos. Os equipamentos vêm trabalhando quase que exclusivamente com captação de alimentos não oriundos das perdas e desperdícios de alimentos, dedicando cada vez mais sua capacidade operacional para compra de alimentos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos.

A relevância dos dois programas é inquestionável para a segurança alimentar e nutricional e entende-se que executar a logística de distribuição de alimentos de forma conjunta, redundando em maior economicidade e eficiência no gasto do recurso público, ao evitar a construção de estruturas similares de distribuição de alimentos a entidades assistenciais. O que se vê nos Bancos de Alimentos municipais de Minas Gerais é a associação de dois programas aparentemente semelhantes em sua essência, mas opostos quando são operacionalizados.

Tendo em vista o grande volume de perdas e desperdícios de alimentos no Brasil e no mundo e a crescente preocupação com a crise dos alimentos e com os impactos ambientais, o Programa Banco de Alimentos se constitui uma importante estratégia de SAN e requer uma atenção maior por parte do Governo Federal. Seu arranjo conceitual e estrutural deve ser reforçado e a sua função primordial potencializada e não em constante competição com outro programa de tamanha importância para agricultura familiar do Brasil.

Os resultados da pesquisa espelham a realidade dos Bancos de Alimentos públicos municipais de Minas Gerais e não podem ser ampliadas para o nível nacional. São necessárias outras pesquisas para aprofundar o conhecimento sobre a operacionalização dos Bancos de Alimentos públicos em todo o país.

Colaboradores

Natalia Tenuta trabalhou na concepção e delineamento da pesquisa; coleta, análise e interpretação dos dados; concepção, redação do artigo, revisão crítica e aprovação da versão do manuscrito a ser publicada. Romero Alves Teixeira trabalhou na concepção e delineamento da pesquisa; revisão crítica e aprovação da versão do manuscrito a ser publicada.

Agradecimentos

À UFVJM pela bolsa de mestrado da pesquisadora Natalia Tenuta e aos Bancos de Alimentos de Minas Gerais pela colaboração ao estudo.

REFERÊNCIAS

- [1] Agriculture Organization of the United Nations. International Fund for Agricultural Development – IFAD, World Food Programme – WFP. The State of Food Insecurity in the World 2015. Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress. Rome: FAO; 2015.
- [2] Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO. Food Losses and Waste in the Context of Sustainable Food Systems. Committee on World Food Security. Roma: FAO; 2014.
- [3] Belik WB, Cunha ARAA, Costa LA. Crise dos alimentos e estratégias para a redução do desperdício no contexto de uma política de segurança alimentar e nutricional no Brasil. Planejamento de Políticas Públicas. 2012; 107-33.
- [4] Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO. Food Losses and Waste in Latin America and the Caribbean [internet]. 2014. [acesso em 12 set 2016]. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i3942e.pdf>>.
- [5] Organização das Nações Unidas – ONU. Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável [internet]. 2015. [acesso em 27 jul 2016]. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030>>.
- [6] Gustavsson J, Cederberg C, Sonesson U. Global Food Losses and Food Waste. Roma: FAO; 2011.
- [7] Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Manual de Implantação do Banco de Alimentos [internet]. Brasília; 2006 [acesso em 02 jun 2016]. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>.
- [8] Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Relatório de informações. Principais informações e ações do MDSA [internet]. Brasília; 2016. [acesso em 02 jun 2016]. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br>>.
- [9] Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN [internet]. Brasília; 2014 [acesso em 12 mar 2016]. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar>>.
- [10] Brasil. Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Diário Oficial da União. 03 jul 2003.
- [11] Tenuta N. Análise tridimensional da situação dos Bancos de Alimentos de Minas Gerais, Brasil [dissertação]. Diamantina: UFVJM; 2014.
- [12] Donabedian A. Basic approaches to assessment: structure, process and outcome. In: Donabedian A. Explorations in Quality Assessment and Monitoring. Ann Arbor, Michigan: Health Administration Press, 1980. p.77-125.
- [13] Cohen E, Franco R. Avaliação de Projetos Sociais. Petrópolis: Vozes; 1994.
- [14] Aguilar MJ, Ander-Egg E. Avaliação de Serviços e Programas Sociais. 2.ed. Petrópolis: Vozes; 1995.
- [15] Posavac EJ, Carey RG. Program evaluation: methods and case studies. 4th ed. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall; 1992.
- [16] Worthen B, Sanders J, Fitzpatrick J. Avaliação de programas: concepções e práticas. São Paulo: Editora Gente; 2004.
- [17] Rossi PH, Lipsey MW, Freeman HE. Evaluation: a systematic approach. Thousand Oaks, California, US: Sage; 2004.
- [18] Vaitsman J, Rodrigues RWS, Paes-Sousa R. O sistema de avaliação e monitoramento das políticas e

programas sociais: a experiência do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil. Brasília: Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura; 2006.

[19] Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de estudos do curso em conceitos e instrumentos para a avaliação de programas – Versão 2 (Março 2015). Brasília, DF; 2015.

[20] Brasil. Portaria nº 329, de 11 de outubro de 2006. Institui e regulamenta a Política de Monitoramento e Avaliação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Diário Oficial da União. 13 out 2006.

[21] Campbell DT, Russo MJ. Social Experimentation. Atlanta, GA: Sage; 1999.

[22] Caracelli VJ, Jennifer CG. Crafting mixed-method evaluation designs. In: Jennifer CG, Caracelli VJ. Advances in mixed-method evaluation: the challenges and benefits of integrating diverse paradigms, new directions for evaluation. San Francisco, CA: Jossey-Bass. 1997;(74):19-32.

[23] Jannuzzi PM. Avaliação de políticas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias de pesquisas avaliativas. *Planj. e Polít. Públicas*. 2011;(36):251-275. [acesso em 23 jun 2014]. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/228/212>>.

[24] Serapioni M. Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas sociologia. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. 2016,31:59-8.

[25] Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 2011.

[26] Brasil. Resolução nº-466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União. 13 jun 2013.

[27] Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Pesquisa de Avaliação do Programa Banco de alimentos [internet]. Brasília; 2011. [acesso em 02 mar 2016]. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>.

[28] Brasil. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs-10.696 de 02 de julho de 2003, 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Diário Oficial da União. 17 out 2011.

[29] Costa LA, Bastos MA, Rocha DF, Almeida AAP, Silva AVM, et al. Capacidade de resposta de Bancos de Alimentos na captação, distribuição e redução de desperdício de alimentos. *Revista Baiana de Saúde Pública*. 2014;38(1):30-48.

[30] Figueiredo M, Figueiredo AC. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. *Revista Fundação João Pinheiro*. 1986;108-129.

[31] Tribunal de Contas da União. Relatório de avaliação de programa: programa Banco de Alimentos. Ministro-Relator Ubiratan Aguiar. Brasília, DF: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo; 2005.